



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Acompanhamento das informações divulgadas no Interior da China sobre o recrutamento em Macau

Segundo alguns residentes, desde sempre, tanto nas páginas electrónicas como nas redes sociais, tem sido divulgada uma grande quantidade de publicidade sobre a contratação de trabalhadores não residentes em Macau, que abrangem retalhistas, escriturários, cozinheiros, trabalhadores da indústria hoteleira, entre outros, mesmo até condutores profissionais, cuja importação é proibida em Macau, entretanto, as remunerações e regalias oferecidas são de certa forma atraentes. Embora essas informações possam ser falsas, devido à falta de clareza e à existência de uma multidão de desempregados, é inevitável que os nossos residentes fiquem descontentes. Além disso, segundo alguns empregadores, há agências de emprego do Interior da China que continuam a divulgar, nas plataformas de recrutamento, informações desactualizadas sobre o recrutamento, e acredita-se que o objectivo desta prática é fazer com que os candidatos pensem que há vagas, atraindo-os a inscreverem-se nas agências de emprego, obtendo assim comissões intermediárias.

A Lei da contratação de trabalhadores não residentes e a Lei de bases da política de emprego e dos direitos laborais definem expressamente que: a contratação de trabalhadores não residentes visa suprir a insuficiência de recursos humanos locais; a importação de trabalhadores não residentes deve obedecer aos procedimentos estabelecidos, sob pena de violação da lei. O Secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Nong, afirmou, na Assembleia Legislativa, que a apreciação e a autorização dos pedidos de importação de mão-de-obra cabem aos serviços competentes. Mas, face à grande quantidade de anúncios de recrutamento de trabalhadores não residentes na *internet* e no Interior da China, se as informações de recrutamento forem verdadeiras, será que este tipo de operação corresponde às exigências legais do Interior da China? E, se forem falsas, as pessoas podem estar envolvidas em práticas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

fraudulentas.

Actualmente, há 19 empresas do Interior da China autorizadas pelo Ministério do Comércio a exercer actividades de cooperação laboral com a RAEM, e 29 agências de emprego de Macau autorizadas a recrutar residentes do Interior da China ou a prestar serviços de apresentação de emprego aos residentes do Interior da China. Mas, muitas empresas intermediárias que divulgam anúncios de recrutamento de trabalhadores não residentes não são aquelas que têm autorização, por isso, duvida-se da veracidade das informações de recrutamento e não se exclui a possibilidade de envolvimento em casos de obtenção fraudulenta de despesas de intermediação. Espero que os serviços competentes procedam a uma investigação aprofundada e que, através de negociações e cooperação com os serviços competentes do Interior da China, reforcem a fiscalização das actividades de apresentação de emprego e aperfeiçoem os respectivos regimes, a fim de salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. A referida situação já existe há algum tempo, o que não só perturba o mercado de emprego, mas também pode prejudicar os direitos e interesses dos candidatos a emprego, violar as leis laborais e afectar a sociedade. Com vista a eliminar as dúvidas dos residentes e a salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, o Governo deve proceder a uma investigação, com vista a apurar a veracidade dos factos e a divulgá-los junto do público. Vai fazê-lo?

2. Segundo uma notícia do Interior da China, para além das 19 agências de emprego autorizadas pelo Ministério do Comércio a exportar mão-de-obra para Macau, as restantes agências de emprego são consideradas intermediárias clandestinas. Face aos problemas referidos, o Governo deve colaborar com os serviços competentes do Interior da China, no sentido de reforçar a fiscalização das actividades de apresentação de emprego e de prevenir irregularidades. Vai fazê-lo? O Governo deve ainda reforçar a fiscalização das informações divulgadas na *internet*, com vista



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

a combater as contratações falsas. Vai fazê-lo?

24 de Março de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Sun lok